

COMBATE AO NARCOTRÁFICO

Múcio discute cooperação com auxiliar de Trump

Ministro da Defesa brasileiro e representante dos Estados Unidos debatem colaboração para o enfrentamento a facções. Câmara convoca Vieira para esclarecer declaração sobre riscos ao país

» ARMANDO HOLANDA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, discutiu a cooperação entre Brasil e Estados Unidos para combater o narcotráfico, durante encontro com o subsecretário de Defesa para Política norte-americano, Elbridge Colby. O encontro ocorreu durante a Conferência de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), no Peru.

“Os EUA pontuaram que buscam parceiros no continente para atuar nesse combate e disseram que veem no Brasil um grande parceiro em potencial. O ministro José Mucio demonstrou interesse na parceria. Explicou que o combate ao narcotráfico no Brasil é prerrogativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública e citou algumas iniciativas das Forças Armadas brasileiras nas fronteiras”, enfatizou, em nota, o Ministério da Defesa. A pasta também disse que a reunião ocorreu “em clima de cordialidade e com convergência de opiniões”.

Em maio, o Departamento de Estado dos EUA classificaram o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas, à revelia do governo brasileiro. A decisão levou o Itamaraty a afirmar que, em tese, a nova classificação pode abrir espaço para o uso de força militar dos Estados Unidos em território brasileiro. A declaração foi enviada à Câmara, em resposta a um pedido de informações feito pelo deputado Evair de Melo (Republicanos-ES), sobre os riscos da designação americana para o país.

O posicionamento do Itamaraty provocou reação no Congresso e expôs divergências dentro do governo. Ontem, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara aprovou a convocação do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para prestar esclarecimentos sobre o documento. Como se trata de uma convocação, o comparecimento dele é obrigatório.

Um dia antes, a Comissão de Relações Exteriores do Senado também havia aprovado um convite para que o chanceler explique o conteúdo do ofício.

Autor do requerimento que originou a resposta do Itamaraty, Evair de Melo defendeu que o ministro esclareça pessoalmente as declarações. “Ele precisa se explicar melhor. Não é para usar o cargo que ocupa como politicagem e dar respostas vagas. A gente quer ouvir diretamente dele sobre as suposições”, afirmou ao **Correio**.

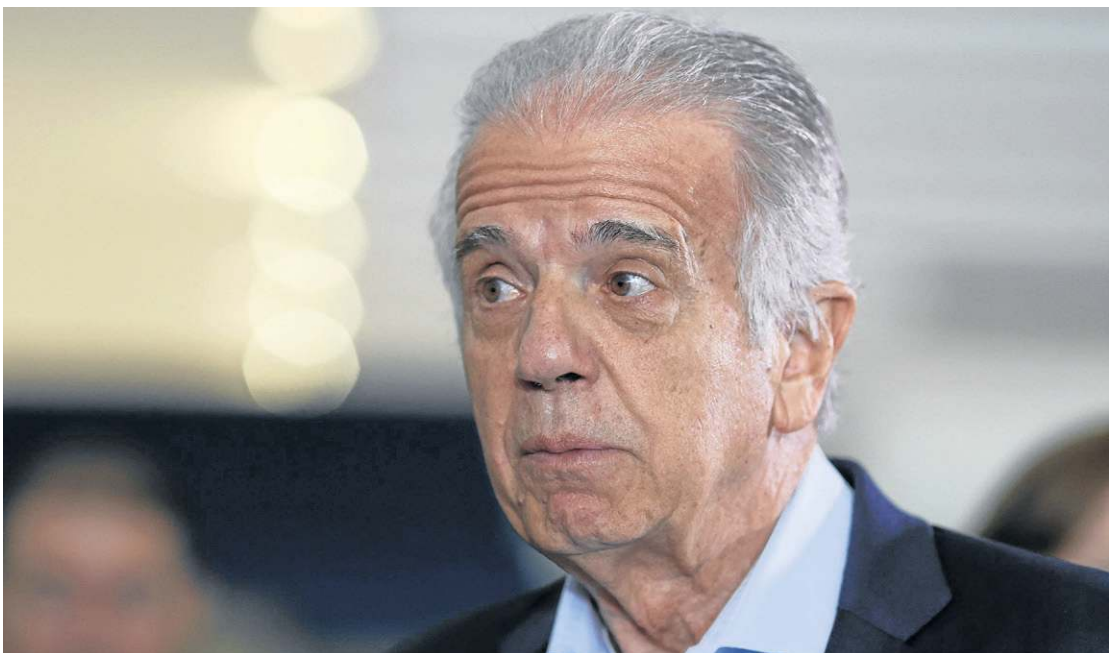
Durante a reunião da comissão, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) tentou, em nome do governo, converter a convocação em convite, sugerindo que Mauro Vieira comparecesse nos dias 10, 11 ou 14 de agosto. A proposta, porém, não obteve consenso entre os parlamentares.

Integrantes do Ministério da Defesa ouvidos pela reportagem afastaram a hipótese levantada pelo Itamaraty, dizendo que é algo sem fundamento militar.

» Suposto espião russo

O governo determinou, por meio do Ministério da Justiça, a expulsão de Sergey Vladimirovich Cherkasov, um suposto espião russo que vive no país há mais de 15 anos e está preso em Brasília desde 2022. A decisão de expulsão foi assinada pela coordenadora de processos migratórios, Alessandra Teixeira de Araújo, e publicada no *Diário Oficial da União* de segunda-feira.

AFP



Conversa de Múcio com norte-americano ocorreu “com convergência de opiniões”, segundo o ministério

Informe Publicitário

EXPRESSÃO DE OPINIÃO

Críticas ao atual modelo de política monetária

Cid Gomes*

Como senador da República e homem público, considero ser meu direito e meu dever fazer críticas ao atual modelo de política monetária. Não basta que o governo e os dois representantes do Poder Executivo no Conselho Monetário, critiquem as elevadas taxas de juros, sem apresentar uma alternativa, e mais eficaz, para o controle da inflação. Diante desse cenário, tenho a impressão de que esses dois conselheiros não demonstram a devida preocupação de pressionar o terceiro conselheiro, Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central (BACEM), sobre o impacto dos juros elevados na dívida pública e no setor produtivo.

Segundo informações divulgadas publicamente, o Sr. André Esteves, controlador do BTG Pactual, expandiu significativamente seus investimentos nos últimos anos, incluindo aquisições de três instituições financeiras fora do Brasil, além de outros relevantes ativos. Na minha percepção, esse contexto reforça a necessidade de maior transparência e de um debate público sobre a possível influência que os grandes bancos privados tenham sobre o Comitê de Política Monetária (COPOM), que deverá ser o motivo dos exorbitantes prejuízos gerados no Banco Central.

Em 2024, o mercado financeiro, com o respaldo do ex-presidente do BACEM, Roberto Campos Neto, promoveu uma desvalorização artificial do real com o objetivo de pressionar a inflação e, assim, justificar a elevação da taxa básica de juros (Selic) – manobra estratégica voltada a atender aos interesses das grandes instituições financeiras. O atual presidente do BACEM, por sua vez, tem adotado uma postura ainda mais ousada em favor desse mesmo mercado. Em vez de Galípolo utilizar parte das reservas para reduzir a dívida pública e contribuir para a queda da inflação, ele optou pelo caminho oposto. Em apenas um ano, de fevereiro de 2025 até fevereiro de 2026, elevou o volume de reservas de US\$ 326 bilhões para US\$ 370 bilhões, ampliando o estoque em US\$ 44 bilhões. O objetivo final parece ser atender interesses dos grandes bancos privados, para após deixar o cargo, ser recompensado com um supersalário no setor financeiro – a exemplo de Campos Neto, que, segundo especulações, passou a obter super rendimentos no Nubank.

Combater a inflação é essencial, mas exige coerência e responsabilidade. Se os altos juros têm impacto inflacionário e a valorização do real é considerada uma ferramenta mais eficaz e sustentável para o controle da inflação em economias emergentes, como a brasileira, por que o Comitê de Política Monetária continua priorizando os juros elevados como principal mecanismo de combate inflacionário? Como consequência, os altos juros desenvolvem as dívidas pública e do setor produtivo, compromete o potencial de crescimento da economia, além de estimular a pobreza e a marginalização. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Senado Federal exerça um acompanhamento rigoroso e permanente das decisões do Copom, avaliando se tais deliberações estão de fato alinhadas aos interesses nacionais, ou se atendem prioritariamente às demandas do mercado financeiro.

**Cid Gomes, é líder do PSB no Senado Federal.*
@cidgomes